

PARECERES N°S 38100 Câmara Municipal de As

ESTADO DE SÃO PAULO

RUA JOSÉ BONIFACIO, 1001 - CX. POSTAL 275 - CEP 19 800-072 - FONE / FAX: (0**18) 322-4144 c-mail cmassis@femanet.com.br - ASSIS -SP

PROJETO DE LEI Nº 38/2000

AS COMISSÕES PERMANENTES	9
Sande Educato, Culture	
tazer e Junsono.	
Câmara Municipal de Assis, 20 1.06.10	
JOHN TOWN	* *
Chefe do Departamento do Legislativo	,

DISPÕE SOBRE A DETERMINAÇÃO ÀS ESCOLAS MUNICIPAIS DE ENSINO FUNDAMENTAL, ADOTAREM A LEITURA DE ARTIGO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ASSIS:

Faz saber que a Câmara Municipal de Assis aprova e ele sanciona a seguinte Lei:

- Artigo 1º -
- Ficam as Escolas Municipais de Ensino Fundamental, obrigadas a instituírem a leitura e promoverem discussões de Artigos da Constituição Federal, preferencialmente os que tratam "DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS".
- Artigo 2º -
- A leitura e discussão de Artigos da Constituição Federal deverá ocorrer em um dos dias da semana, definido pela Coordenação Pedagógica da Unidade Escolar.
- Artigo 3º -
- Para cumprimento do Artigo 1°, a Coordenação Pedagógica da Unidade Escolar contará com apoio do Centro Acadêmico do Curso de Direito "Walter Piva Rodrigues", da Fundação Educacional do Município de Assis FEMA –, baseado em projetos de extensão à comunidade.
- Artigo 4º -
- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.
- Artigo 5° -
- Revogam-se as disposições em contrário.

SALA-DAS SESSÕES, EM 15 DE JUNHO DE 2000

REINALDO FARTO NUNES

Vereador - PT



Câmara Municipal de A

Proc. \$8100 Proc. \$8100 Presidente

ESTADO DE SÃO PAULO

RUA JOSÉ BONIFACIO 1001 - CX POSTAL 275 - CFP 19 800-072 - FONE / FAX: (0**18) 322-4144 e-mail cmassis@temanet.com.br - ASSIS -SP

<u>JUSTIFICATIVA</u>

A norma fundamental de um país é sua Constituição Federal. Nossa carta magna, promulgada em 05 de outubro de 1988, trouxe grandes avanços na área social mas, infelizmente, não tem o devido conhecimento da população desse importante diploma legal. Por isso, acreditamos que o sistema educacional poderá dar grande contribuição à democracia, na medida em que propiciará a discussão de artigos e incisos de nossa Constituição Federal.

Propomos ainda que a Coordenação Pedagógica da Unidade Escolar defina um dia da semana para leitura e discussão de artigos da Constituição Federal e que haja uma integração com o corpo discente da Fundação Educacional do Município de Assis, através do Centro Acadêmico Walter Piva Rodrigues, que possui o Curso de Direito que poderá dar grande contribuição.

REINALDO FARTO NUNES

Vereador do Partido dos Trabalhadores



Câmara Municipal de J

Proc. 88.00

ESTADO DE SÃO PAULO

RUA JOSÉ BONIFÁCIO. 1001 - CX POSTAL 275 - CEP 19 800-072 - FONE / FAX: (0**18) 322-4144 e-mail. cmassis@femanet.com.br - ASSIS -SP

JURÍDICO

PARECER Nº 88/2000 ESPÉCIE: PROJETO DE LEI Nº 78/2000

À consideração desta Comissão é submetido o presente processo, sobre o qual oferecemos o seguinte parecer:

Trata-se o Projeto de Lei nº 78/2000, de autoria do Vereador Reinaldo Farto Nunes, dispor sobre a determinação às Escolas Municipais de Ensino Fundamental, adotarem a leitura de Artigo da Constituição Federal.

II - PARECER

Em matéria de interesse local, compete ao Municipio legislar sobre assunto de se interesse. É o que dispõe a C.F. em seu Artigo 30, inciso I e II e outras disposições. O Estatuto da Criança e do Adolescente diz que os tutelados devem ser preparados para o pleno exercício da vida civil.

O presente projeto apresenta exatamente uma das molas propulsoras para o exercício da cidadania possa ser realmente exercitado dentro de, no mínimo um conhecimento de nossa legislação máxima, em caso, os regramentos contidos na Carta Mágna.

Sendo assim, não há qualquer óbice de ordem legal ou constitucional que se possa melhor detalhar, razão pela qual, somos favoráveis.

Opina-se pois que o presente Projeto de Lei, seja submetido a apreciação, discussão e votação do Plenário, nos termos do nosso Regimento Interno.

Este é o nosso parecer.

S.M.J.

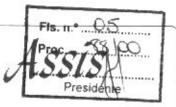
Assis, 30 de junho de 2000

JOSÉ HENRIQUE DE CARVALHO PIRES - OAB/SP N°95.880 PROCURADOR JURÍDICO

> TEODORO DE FILLIPO - OAB/SP Nº 96.477 ASSESSOR TÉCNICO JURÍDICO



Câmara Municipal de .



ESTADO DE SÃO PAULO

RUA JOSÉ BONIFÁCIO, 1001 - CX. POSTAL 275 - CEP 19 800-072 - FONE / FAX: (0**18) 322-4144 e-mai: cmassis@femanet.com.br - ASSIS -SP

FOLHA DE PARECER

CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO
PARECER Nº 88/2000

ESPÉCIE: PROJETO DE LEI Nº 78/2000

À consideração desta Comissão é submetido o presente processo, sobre o qual oferecemos o seguinte parecer:

Trata-se o Projeto de Lei nº 78/2000, de autoria do Vereador Reinaldo Farto Nunes, dispor sobre a determinação às Escolas Municipais de Ensino Fundamental, adotarem a leitura de Artigo da Constituição Federal.

II - PARECER

O Projeto de Lei em tela tem por objetivo determinar que as Escolas Municipais de Ensino Fundamental, instituam a leitura e promovam discussões de Artigos da Constituição Federal, preferencialmente os que tratam "DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS".

O Projeto está de acordo com as disposições legais, portanto nada obsta que seja submetido à apreciação dos Srs. Vereadores, vez que não colide com qualquer dispositivo legal.

SALA DAS COMISSÕES, em 30 de junho de 2000

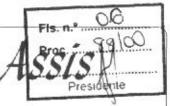
JOEL JOSÉ DOS SANTOS

LUIZ GONZAGA NUNES

HERMON BERGAMASSO CANTON



Câmara Municipal de Assi



ESTADO DE SÃO PAULO

RUA JOSÉ BONIFÁCIO, 1001 - CX. POSTAL 275 - CEP 19 800-072 - FONE / FAX: (0**18) 322-4144 e-mail. cmassis@femanel.com.br - ASSIS -SP

FOLHA DE PARECER

COMISSÃO SAÚDE, EDUCAÇÃO, CULTURA, LAZER E TURISMO PARECER Nº 88/2000

ESPÉCIE: PROJETO DE LEI Nº 78/2000

À consideração desta Comissão é submetido o presente processo, sobre o qual oferecemos o seguinte parecer:

Trata-se o Projeto de Lei nº 78/2000, de autoria do Vereador Reinaldo Farto Nunes, dispor sobre a determinação às Escolas Municipais de Ensino Fundamental, adotarem a leitura de Artigo da Constituição Federal.

II - PARECER

O Projeto de Lei em tela tem por objetivo determinar que as Escolas Municipais de Ensino Fundamental, instituam a leitura e promovam discussões de Artigos da Constituição Federal, preferencialmente os que tratam "DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS".

O Projeto está de acordo com as disposições legais, portanto nada obsta que seja submetido à apreciação dos Srs. Vereadores, vez que não colide com qualquer dispositivo legal.

SALA DAS COMISSOES, em 30 de junho de 2000

MILTON BURLIM

ANTONIO REBELO FERREIRA NETO

MARIA ESMERALDA NASCIMENTO MARTINS